

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL EM VIOLENCIA E SAÚDE

RELATÓRIO EXECUTIVO ANO 2019

Simone Gonçalves de Assis
Mayalu Matos Silva
Fernanda Mendes Lages Ribeiro
Coordenação

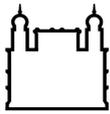
**Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli
(Claves/Ensp/Fiocruz)**

Março de 2020

Lista de Siglas

ABRASME - Associação Brasileira de Saúde Mental
ACS - Agentes Comunitários de Saúde
ACT - Associação para Controle do Tabaco
ALERJ - Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
APS - Atenção Primária em Saúde
AS - Assistência Social
ASFOC – Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz
CAD - Centro de Apoio ao Discente
CAP - Coordenadoria de Área Programática
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPs - Centro de Atenção Psicossocial
CCS – Coordenadoria de Comunicação Social da Fiocruz
CD – Conselho Deliberativo
CDD - Cidade de Deus
CEP - Comitê de Ética
CEPEVAM - Comissão de Prevenção e Enfrentamento da Violência e do Assédio Moral no Trabalho
CESTH - Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
CFVV - Clínica da Família Victor Valla
CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CLAVES – Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli
CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNS - Conferência Nacional de Saúde
COC – Casa de Oswaldo Cruz
COGEPE - Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
COGIC - Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi
COR - Centro de Operações Rio
CPQAM – Centro de Pesquisa Aggeu Magalhaes
CPQRR – Centro de Pesquisas René Rachou
CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSEGSF – Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria
CST - Coordenação de Saúde do Trabalhador
CTACS - Curso Técnico de Agentes Comunitários de Saúde
CVV - Centro de Valorização da Vida
DH - Direitos Humanos
DIREB – Diretoria Regional de Brasília
DPU - Defensoria Pública da União
DVSP - Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública
EPI - equipamentos de proteção individual
EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ESF - Estratégia de Saúde da Família
GASS - Grupo de Apoio aos Sobreviventes Malas Prontas
GT – Grupo de Trabalho
ICICT - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IFF – Instituto Fernandes Figueira
ILMD - Instituto Leônidas & Maria Deane
INI – Instituto Nacional de Infectologia
IOC – Instituto Oswaldo Cruz
MNU - Movimento Negro Unificado
MPF - Ministério Público Federal
MPRJ - Ministério Público do Rio de Janeiro
MS - Ministério da Saúde
MSF - Médicos sem Fronteira
NAP - Núcleo de Apoio ao Profissional
NCMM - Núcleo de Cooperação Maré-Manguinhos
NUST - Núcleos de Saúde do Trabalhador
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OEA - Organização dos Estados Americanos



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



CLAVES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOBRE
VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

PAF - perfuração por arma de fogo

PI - Programa Institucional

PICs - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

PROVOC - Programa de Vocação Científica

RH - Recursos Humanos

SGT - Serviço de Gestão do Trabalho

SMASDH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SRH - Setor de Recursos Humanos

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde

TEPT - Transtorno de Estresse Pós-Traumático

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

- 5 Introdução
- 5 Unidades e membros do Grupo de Trabalho 2017/2019
- 6 Plano de trabalho 2019
- 8 Atividades desenvolvidas em 2019
- 8 Oficinas
- 21 Seminário Desastres Ambientais e Violências
- 22 Moção 16ª Conferência Nacional de Saúde (CNS)
- 25 Participação na missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)
- 26 Cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência
- 27 Projeto Memória da Violência e Saúde
- 27 Perspectivas para 2020

1. Introdução

O Programa Institucional de Articulação Intersetorial Violência e Saúde (PI) foi constituído por meio da Portaria nº 260/2017 da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz, em fevereiro de 2017. É coordenado pelo Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) e vem atuando através de um Grupo de Trabalho (GT) que reúne participantes de diversas unidades da Fundação, a partir de um Plano de Trabalho debatido e aprovado anualmente.

Desde sua constituição, tem buscado congregar membros provenientes do maior número possível de unidades, visando implementá-lo, de fato, nas diversas esferas institucionais. Constantemente a coordenação busca agregar membros de unidades ainda não participantes.

A cada ano é aprovado pelo GT um Plano de Trabalho que guia as ações, constantemente revisto e avaliado ao fim do período.

2. Unidades e membros do Grupo de trabalho 2017/2018/2019

Biomanguinhos - Eliane Mendes

Centro de Apoio ao Discente/CAD - Márcia Silveira e Flávia Oliveira

Campus Fiocruz Mata Atlântica/CFMA - Liamara Carvalho e Flávia Lessa

Casa de Oswaldo Cruz/COC - Paula Bonatto

Coordenação Geral de Gestão de Pessoas/COGEPE - Andrea da Luz, Sônia Gertner, Luciana Cavanellas, Cecília Barbosa

Cooperação Social - Leonardo Brasil Bueno

Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães/CPQAM - Maria Luiza Carvalho de Lima

Centro de Pesquisas René Rachou/CPQRR - Paula Bevilacqua e Laiza Assumpção

Diretoria Regional de Brasília/DIREB - Tatiana Novais

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ENSP - Cristiane Andrade, Edinilsa Ramos, Eliane Viana, Fátima Pivetta, Kathie Njaine, Liana Pinto, Mercês Navarro, Regina Erthal e Vera Frossard.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/EPJSV - Marcello Coutinho, Michelle Oliveira e Nina Soalheiro

Farmanguinhos - Jacob Portela

Fiocruz Ceará - Vanira Pessoa

Instituto Fernandes Figueira/IFF - Cecy Dunshee, Rachel Niskier e Suely Deslandes

Instituto Leônidas & Maria Deane/ILMD - Jesem Orellana

Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde/INCQS - Mara Dias Pereira e Penelope Toledo

Instituto Nacional de Infectologia/INI - Ruth Friedman

Instituto Oswaldo Cruz/IOC - Dolores Carolina, Gabriela Franco e Vanise Costa

Programa Institucional Crack, Álcool e outras Drogas - Francisco Netto e Miriam Schenker

Ouvidoria - Marcela Vieira da Silva

3. Plano de Trabalho 2019

Em 2019 a coordenação do Programa Institucional continuou com a prerrogativa de estimular o desenvolvimento do tema violência e saúde na Fiocruz, incentivando a participação e articulação entre as unidades. Para execução do Plano de Trabalho do ano contamos com o apoio da Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de

Referência/Presidência Fiocruz, sobretudo no que tange à vinda de membros do GT de outras regionais, como MG e AM.

Foram promovidas oficinas temáticas, à luz do que vinha sendo desenvolvido desde a institucionalização do PI. Os temas foram escolhidos pelos membros do GT na primeira reunião do ano, quando a proposta do Plano de Trabalho anual foi apresentada, debatida e aprovada.

O GT previu a retomada da proposta, já anteriormente feita, de produção de um Edital sobre Violência para as unidades da Fiocruz, visando o desenvolvimento de pesquisas e ações.

Foi proposta, como atividade transversal ao PI e ao Claves, por contar diretamente com apoio e expertise deste Departamento, o desenvolvimento de Boletins Epidemiológicos para aprimoramento das ações de vigilância epidemiológica das violências, a partir de análises de dados secundários. O objeto geral dessa proposta era analisar a distribuição da morbidade e da mortalidade por causas externas no Brasil, no período 1996 a 2017; e, específicos: descrever a distribuição da morbidade e mortalidade por causas externas no Brasil, no período entre 1996 e 2017, segundo unidade da federação (UF), faixa etária, sexo e raça/cor; descrever a distribuição da mortalidade por agressão no Brasil, no período 1996 a 2017, segundo UF, faixa etária, sexo, raça/cor e meio empregado; descrever a distribuição da mortalidade por agressão de mulheres, no período 1996 a 2017, segundo UF, faixa etária, raça/cor, escolaridade, categoria da CID-10 e local de ocorrência; e, descrever os dados de morbidade e mortalidade sobre violência autoprovocada no Brasil, no período 1996 a 2017, segundo UF, faixa etária, sexo, raça/cor e meio empregado.

Foram propostos quatro boletins, a saber: 1. Panorama geral das violências ocorridas no Brasil (1996-2017); 2. Óbitos por agressão (1996-2017), com especial atenção aos óbitos nos quais foram empregados armas de fogo; 3. Femicídio (1996-2017); 4. Suicídio (1996-2017).

Foram propostos dois seminários regionais e um nacional abordando a temática da Vigilância Epidemiológica em Violência e Saúde e tendo como base os dados levantados nos boletins de forma associada às demandas das regiões. 1. Seminário na Região Norte – MS – Panorama geral das violências ocorridas no Brasil e óbitos por agressão; 2. Seminário região nordeste – PE – Femicídio; 3. Seminário RJ – Panorama das violências, homicídios por arma de fogo e suicídios. Este seminário foi proposto como associado à comemoração de 30 anos do CLAVES.

Atividades desenvolvidas em 2019

4.1. Reunião com a Presidência e o CICV

No início de 2019, em 29 de janeiro, a coordenação do PI participou de reunião com a Presidência da Fiocruz a fim de traçar conjuntamente diretrizes para o Programa, de acordo com as prioridades da Fundação e aquelas apontadas no ano anterior pelos membros do GT.

No mesmo dia, participamos de uma reunião ampliada com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), ENSP e a Presidência da Fiocruz, além de outros setores internos, visando discutir Termo de Cooperação a ser assinado entre os três atores. Tal Termo institucionalizou uma parceria para elaboração de Protocolos de ação no caso da ocorrência de violência armada nos diversos espaços e serviços da Fiocruz, incluindo os serviços de Atenção Primária em Saúde (APS) que gerencia, através de metodologia denominada Acesso Mais Seguro¹.

4.2. Oficinas

4.2.1. Oficina Planejamento

Data: 15/03/2019

Local: Sala 1007 Prédio Expansão Fiocruz Rio de Janeiro

Esta primeira oficina teve como objetivo organizar as ações e prioridades do PI para o ano, assim como fazer uma avaliação de 2018 e do contexto atual.

Foi proposta, pelo GT, a realização de um seminário nacional e dois regionais, além de oficinas temáticas para formação dos membros do PI. Para a organização das oficinas foi acordada a formação de sub grupos específicos.

Nessa ocasião foi reafirmada a importância da execução de edital já anteriormente previsto para impulsionar pesquisas e ações das unidades em relação à temática de violência. As áreas propostas para o edital foram Ensino, Capacitação, Comunicação, Pesquisa e Assistência. Foi produzido um documento, a partir desse encontro, com as diretrizes básicas para o edital, que foi encaminhado para a Presidência.

¹ <https://www.icrc.org/pt/document/o-programa-acesso-mais-seguro>

O GT sublinhou como diretrizes importantes a serem seguidas pelo edital:

1. Estimulo a ações de promoção da saúde, prevenção e enfrentamento da violência que contribuíssem com o fortalecimento das unidades;
2. Busca, pelas unidades, de desenvolvimento de projetos que se articulassem com organizações públicas e da sociedade civil (como escolas, ONGs, serviços de saúde, etc) visando o fortalecimento de ações nos territórios onde as unidades se situam;
3. Estimulo a propostas no campo da pesquisa que se propusessem a estabelecer parcerias interinstitucionais de tipo multicêntrico, agregando outros centros acadêmicos;
4. Estimulo a ações relacionadas a populações vulneráveis como mulheres, idosos, crianças e adolescentes, população LGBT, pessoas com deficiência, indígenas e negros, entre outros. Temáticas contemporâneas de grande gravidade a ser estimuladas: armas de fogo, violência no campo e florestas e nas periferias urbanas;
5. Estimulo a projetos relacionadas ao tema da violência na relações de trabalho na Fiocruz, envolvendo estudantes e trabalhadores. O tema da violência em territórios de periferia urbana merece destaque, em especial nos territórios vizinhos aos campi Fiocruz, pois vem afetando tanto a população moradora quanto estudantes e trabalhadores, causando adoecimento e sofrimento;
6. Abordagens psicossociais, que incluem o campo das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs), uma vez que fornecem instrumentos interessantes para trabalhar a temática violência e saúde. As ações coletivas que envolvem diversos atores sociais em sua elaboração e implementação também são importantes instrumentos para o enfrentamento da violência e devem ser estimuladas.

O GT apontou a relevância das seguintes grandes áreas:

1. Formação, capacitação e ensino – voltada para o grande público e, especialmente, para serviços de saúde e de educação, em função de seu potencial como porta de entrada para pessoas em situação de violência. Especialmente o Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSEGSF) tem demanda por formação de recursos humanos voltada para prover suporte a pessoas em momentos emergenciais e não apenas direcionada ao tratamento continuado;
2. Comunicação, divulgação científica e produção de material educativo;
3. Pesquisa;
4. Assistência.

Foi ressaltado a aprovação, pelo VIII Congresso Interno da Fiocruz (2018) de diretrizes políticas elaboradas pelo PI, consideradas essenciais no enfrentamento da relação entre as violências e a saúde. Estas diretrizes marcaram um compromisso institucional em estabelecer em todas unidades

e setores objetivos e metas que ampliassem as possibilidades da instituição no desenvolvimento de ações voltadas para o cumprimento de sua missão.

No enfrentamento da problemática referente as relações entre os variados tipos de violência com a saúde, a Fiocruz se compromete a, por meio do seu trabalho e não apenas por meio de atividades paralelas, eventuais e pontuais, estabelecer em todas as suas unidades e setores objetivos e metas que ampliem as possibilidades dessa instituição, no exercício de ações voltadas para o cumprimento de sua missão, o que justifica a razão do edital.

4.2.2. Oficina Urgência e Emergência

Data: 10/05/2018

Local: Sala 1007 Prédio Expansão Fiocruz Rio de Janeiro

Para realização dessa oficina foi formado um sub grupo organizador que realizou diversas reuniões entre si e com instituições parceiras participantes da oficina, como a organização Médico sem Fronteiras (MSF) e CICV. A proposta inicial, a partir da oficina anterior, foi refletir sobre formação para casos de emergência, principalmente decorrentes de confrontos armados, mas também voltadas ao dia a dia da Fundação como, por exemplo, em casos de trabalhadores com emergências relacionadas à sua saúde.

Foi também solicitado aos membros do GT que mapeassem as ações que cada unidade/grupo já desenvolvem a respeito do acolhimento (de usuários e trabalhadores) em casos de emergências, assim como dificuldades e fragilidades.

A oficina foi assim organizada: manhã – colaboração de convidados externos trazendo experiências no atendimento à questão das emergências: Centro de Valorização da Vida (CVV), CICV, MSF e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH); tarde – debate com a colaboração de parceiros internos à Fundação: Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial (DVSP) e Núcleo de Saúde do Trabalhador (NUST). Na parte da tarde foi apresentado o levantamento das unidades para reflexão sobre possibilidades de atuação.

O **CVV**² é uma instituição brasileira que existe desde 1964 e atua através de voluntariado, contando atualmente com 2500 colaboradores. Tem 104 postos de atendimento que oferecem: acolhimento incondicional, não julgamento, anonimato, disponibilidade 24h todos os dias e escuta ativa. Trabalham com ideação/prevenção; intervenção/pósvenção; e ajuda a sobreviventes. Há atendimento presencial em 3 espaços: CAP Tijuca, Uerj e

² <https://www.cvv.org.br/>

Bangu. Fazem palestras para a comunidade de forma geral, têm Plantão de Escuta, Cursos Abertos à Comunidade, participam do Setembro Amarelo e têm o GASS – Grupo de Apoio aos Sobreviventes Malas Prontas.

O CVV tem parceria com a plataforma *facebook*, onde monitora postagens que remetam à temática. Quando identificam um usuário buscando informações sobre suicídio, entram em contato enviando uma lista de espaços/serviços de atenção.

Sobre como estratégias de apoio para ajudar, orientam: aproximar-se, mostrando que a pessoa não está sozinha e mostrar interesse no que ela tem a dizer, não repreendê-la ou criticá-la. Destacam que o importante é estar preparado para ouvir. Para ajudar é preciso conversar abertamente e sem julgamento, evitando interromper, mostrar-se chocado, inferiorizar a pessoa, ser invasivo ou desqualificar o sofrimento.

Todos os voluntários são formados através de um curso gratuito que dura 3 meses.

O **MSF**³ é uma organização internacional sem fins lucrativos que desenvolve ações de saúde em locais que apresentam situações de risco, como desastres e guerras. Atualmente 43 mil pessoas atuam na instituição.

Te como protocolo fases de preparação para o trabalho: análise de contexto, avaliação de risco, planejamento/decisão, implementação, seguimento/manutenção e avaliação. Na avaliação de risco listam as ameaças reais, a vulnerabilidade (envolvendo equipe, beneficiários, bens e projeto/organização) o risco/impacto (de mínimo até muito alto/sério).

São estratégias gerais quando entram em campo: aceitação/integração, proteção, intimidação (intimidar com força coercitiva armada - não usam essa estratégia). Afirmam que o que os protege, de fato, é a integração com a comunidade. Tem como lema “evite riscos, trabalhe em equipe, se proteja, trabalhe sério para ter o respeito da comunidade e mantenha o foco no trabalho em prol dos beneficiários”. É importante, ainda, a postura de neutralidade no território de atuação, de forma a poder dialogar com todas as forças presentes no local.

Desenvolveram por algum tempo um projeto no Morro do Alemão, com um posto de atendimento médico na época da ocupação pela força militar federal, pois tinham a percepção de que população não tinha livre direito de ir e vir para poder chegar, inclusive, ao atendimento de saúde.

3

https://www.msf.org.br/doador-sem-fronteiras?utm_source=google-ads-search-br&utm_medium=search-&utm_campaign=exiber--always-on-&utm_content=&gclid=Cj0KCQjwjcFzBRCHARIsAO-1_QyVS3MKIMB-CvpQxBms7sqmKJ5Or3L6umtkoJkOHbIEeYV-OdKbKMaArbgEALw_wcB

A organização tem ações de aporte psicológico - em geral voltado para os beneficiários. A equipe de trabalhadores se apoia mutuamente e, se houver necessidade, há um telefone para o qual podem ligar anonimamente para apoio. O líder médico tem um olhar voltado para garantir esse apoio e o bem estar da equipe, essa é uma preocupação da instituição.

A questão específica da saúde mental têm sido uma maior preocupação atualmente. A maioria dos projetos conta com psicólogos e conselheiros que são pessoas locais que o MSF treina. Nesse âmbito, destacam a importância do rápido atendimento, quanto antes melhor, para evitar traumas. Primeiro têm uma conversa com a pessoa, mesmo que esta não queira um atendimento. Há uma conversa individual com um psicólogo e também pode haver uma conversa em grupo. Às vezes não há equipe de saúde mental disponível, então a equipe em geral dá suporte emocional. A maioria dos profissionais está capacitada para dar esse suporte e, às vezes, há uma equipe especializada para treinar o restante.

No debate, Paula Bonatto reflete sobre a dificuldade do Museu da Vida não na proibição da entrada de policiais armados no espaço; existe legislação, mas no cotidiano a cidadania fica em segundo plano. O convidado do MSF esclarece que há um acordo nos espaços de trabalho para que qualquer tipo de pessoal não entre com armas, o que vem sendo respeitado.

O treinamento dos protocolos de emergência é muito eficiente. Nos momentos de emergências não há questionamento.

O **CICV**⁴ é uma organização sem fins lucrativos que está em 80 países, possuindo 63 delegações, que tem como missão proteger vidas e dignidade humana, principalmente vítimas de conflitos armados e outras situações de violência. Fazem enfrentamento à violência sexual, empoderamento pessoas com deficiência, assistência a saúde em perigo, ajuda a detidos, proteção de civis e reestabelecimento de laços familiares. Buscam, de forma geral, proteger pessoas expostas a conflitos armados e a outras situações de violência.

Trabalham com base no princípio da confidencialidade dialogando com todos os atores armados sobre as consequências humanitárias da violência armada.

Há, nos diferentes contextos, adaptação das regras de comportamento e de segurança adotadas em todo o mundo para segurança de seus profissionais e colaboradores.

4

https://colabore.cicv.org.br/?gclid=Cj0KCCQjwjcfzBRCHARIsAO-1_OrjCLZRSxsx1EUJw1U_ArK4zbZdelzrFxukYRdxCD77cArvUKgS81YaAqlSEALw_wcB

No Brasil, trabalham com o Acesso Mais Seguro, cuja metodologia pretende balizar o estabelecimento de um sistema de gestão de riscos. A mesma teve início no setor saúde e vem sendo expandida para a educação. A este respeito, vêm observando a redução do número de dias de fechamento de escolas e postos de saúde na cidade do Rio de Janeiro. Através do Acesso Mais Seguro as instituições podem ter autonomia para decidir sobre seu fechamento em casos de risco e têm um sistema que notifica o nível central, que dá apoio ao caso. São muitas as perdas relacionadas ao fechamento de instituições. Estima-se que o fechamento de um posto de saúde, por exemplo, tem prejuízo de 30 mil reais por dia. Estão desenvolvendo análise de dados e sistematização e também construindo uma plataforma específica para saber quantos dias abriu, quanto recurso perdeu, etc.

Suas normas de gerenciamento de risco estão registradas na Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

O Acesso Mais Seguro começou no município do Rio de Janeiro e hoje já está em outros países. No Brasil, estão no Rio de Janeiro, Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre e Duque de Caxias. A participante informou que têm uma demanda enorme: estão trabalhando com Fiocruz, Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), Secretaria Municipal de Educação (SME), e Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Duque de Caxias foi o primeiro município onde o Acesso Mais Seguro virou uma política pública. A parceria com a Fiocruz começará pela Ensp e pela Clínicas da Família.

A respeito das situações de violência, veem um aumento na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. Desde janeiro de 2019 percebem que mudou a forma de atuação da polícia e os planos de Acesso Seguro precisa, por isso, ser revistos, uma vez que os sinais das situações de perigo mudaram.

A respeito do conceito de guerra com o qual trabalham, há referência ao Direito Internacional Humanitário e duas denominações jurídicas: guerra internacional entre estados diferentes ou internamente, e entre grupos armados muito fortes, a exemplo das FARC e o Estado, na Colômbia. No Rio de Janeiro não denominam a situação atual como de guerra, seguindo esse conceito, mas sim como Outras Situações de Violência. Esta, embora não tenha a mesma amplitude como nos casos de guerra propriamente dita, também é considerada uma situação grave, sobretudo porque há consequências humanitárias como grande número de inocentes feridos e mortos.

Trabalham com gestão de estresse de seus profissionais, fazendo um *briefing emocional* logo após o incidente e com primeiros socorros psicológicos e, em caso de necessidade, encaminhamento. No Acesso Mais

Seguro trabalham com parceiros, como, por exemplo, em Porto Alegre, a PUC e, em Duque de Caxias, com a Unigranrio.

Destacam que algumas instituições têm dificuldade em encontrar pessoas para trabalhar em determinados locais, devido ao risco de violência. O que fazem em relação a isso? Através do trabalho com o Acesso Mais Seguro as pessoas têm se sentido mais seguras para continuar nos locais.

Fazem gestão da crise e gestão pós crise, gestão do estresse. Tem uma metodologia de gestão de crise com 5 níveis.

A **SMASDH**⁵ tem sua atuação voltada para a população vulnerável que vive, em sua maioria, em favelas. Tem atuado em locais onde há questões graves relacionadas à violência. Buscam ampliar o acesso à educação e à saúde. Identificam que o recrudescimento da violência está atrapalhando o ir e vir das pessoas e por isso têm feito busca ativa para trazer para Assistência Social as famílias vulneráveis. Há o Programa Territórios Sociais com a coordenação do Instituto Pereira Passos e a participação de outras secretarias.

O ano de 2010 foi marcado por várias situações de emergência e muitos mortos, em várias partes da cidade. As informações até então eram muito desconstruídas até conseguirem organizar um atendimento emergencial que foi operacionalizado através do Centro de Operações Rio (COR). Há câmeras que monitoram toda a cidade. A SMASDH atua 24h no COR e contata as áreas nos casos de emergências como incêndio, deslizamento e outras catástrofes. Componentes: Defesa Civil, Guarda Municipal, Sistema Alerta Rio, Sistema de Conservação, Cet Rio e Comlurb, Rio Águas e SMASDH estão lá 24h. SME e SMS vão em situações onde precisa de sua atuação. Há um protocolo de atuação para os atores da Assistência Social que estão nesse centro de operações.

São 10 CAS e 11 CRES; 47 CRAS e 16 CREAS. São 98 pontos de apoio na cidade e 118 sirenes em áreas de encosta. Vão fazer um termo de cooperação com o CICV para trabalhar a gestão de estresse dos profissionais. Desenvolvem rodas de conversa com colegas da Assistência Social (AS) para que fiquem atentas a esse protocolo de atuação e para se resguardarem emocionalmente, pois têm que prestar atendimento a muitas situações de emergência.

A participante informa que lutam pela conscientização da população em relação à questão da prevenção, pois veem que não há essa cultura. Quando há distribuição de panfletos, são jogados fora. Como estratégia, fizeram uma camiseta com os procedimentos de prevenção. Defesa civil e SASDH trabalham com a população através da educação.

⁵ <https://www.rio.rj.gov.br/web/smasdh>

Há um protocolo de abordagem inicial pela AS - proteção de si e da vítima, reconhecimento do território social (normativa recente), criar relação com lideranças comunitárias, saber e conhecer como é o território, saber quem são as pessoas e as instituições públicas do local. Fazem uma análise de contexto para saber sobre as situações de perigo e proteger a equipe.

Há um Núcleo de Gestão Social que é parceiro da SMASDH na Cidade de Deus (CDD). Em Manguinhos há o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Ramos e o Centro Especializado de Referência em Assistência Social (CREAS) Nelson Carneiro, que fazem parte da Proteção Social. A Assistência Social trabalha muito em rede, institucionais e não.

Em 2014 o **NUST**⁶ iniciou um projeto de Urgência e Emergência na Fiocruz, foi formado um GT com diversos atores e produzido um documento. No entanto esse grupo não continuou o trabalho, não obstante as situações de emergência permanecem. É importante desenvolver uma melhor organização interna para ter um protocolo de atuação mais efetivo nas situações de emergência. 14 mil pessoas por mês circulam pela Fiocruz (levantamento de 2014).

A situação de precariedade da saúde no município vem ocasionando aumento no volume da demanda no pronto atendimento do NUST e distorção de seu propósito, pois está havendo aumento da procura e pressão sobre a equipe que está assoberbada.

Na Fiocruz acontecem diversas situações de emergência, pela diversidade dos processos e o tamanho da instituição. O principal são os riscos cardiovasculares e endócrinos. O agravamento do cenário de violência vem aumentando o risco de acidentes com perfuração por arma de fogo (PAF) e consequentes transtornos mentais agudos e crônicos.

Se acontecer uma situação de PAF a equipe não está preparada; não há cirurgião no local e os bombeiros civis levam para o NUST. O NUST tem 55% de atendimento de pronto atendimento, urgência e emergência, mas suas ações são mais de voltadas para saúde do trabalhador, não socorristas.

Há um contrato com ambulância da empresa Medshore, com UTI e acompanhamento médico por demanda, com cobertura 24h de área protegida de todas as unidades da Fiocruz localizadas no Rio de Janeiro. A franquia contratual é de 5 acionamentos por mês, exclusivos do NUST de segunda a sexta de 8 as 17h. Fora desse horário são realizados pela equipe da brigada civil da Fiocruz. Há um contrato emergencial em vigência aguardando término do processo licitatório em andamento.

⁶ <https://portal.fiocruz.br/saude-do-trabalhador>

Há uma ambulância em Biomanguinhos sem Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento dos trabalhadores daquela unidade. Em casos excepcionais pode ser usada por outras unidades. Seu horário de funcionamento é de 12h, das 7 as 19h.

Há um carro da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC) exclusivo para transporte da equipe de saúde do NUST e de casos de baixa complexidade que requerem atendimentos/exames especializados. A Cogic comprou uma ambulância para os brigadistas. Nas outras unidades não há esse sistema, a atuação se dá a partir do Fiocruz Saudável.

Há demanda de atualização e continuidade de um projeto de urgências e emergência no campus, face às permanentes mudanças de contexto intra e extra institucional.

Os processos de risco não estão mapeados eficientemente, na Mata Atlântica e em Farmanguinhos também não; há balas perdidas, ação policial, etc. O Plano de Contingência também precisa ser mais organizado, estruturado e conhecido. Na hora que toca a sirene no Nust as pessoas ficam perdidas, mesmo tendo feito treinamento.

Farmanguinhos está descoberto, em situação pior do que no campus Manguinhos: há apenas uma entrada/saída e nos últimos 5 anos a situação de violência piorou muito. Há muitos conflitos armados e traficantes que passam com armas na porta da unidade. Alguns trabalhadores precisam comparecer, mesmo com os tiroteios, em função das relações de trabalho.

Em relação à violência por arma de fogo, em 2006 houve uma pessoa atingida em frente da Escola Politécnica, nas nádegas.

A questão da saúde mental dos trabalhadores da Fiocruz precisa de atenção, há grande número de transferências, de pedidos de licença e demissão. É necessário envolver a presidência nessas situações de emergência. Quantas pessoas terão que enlouquecer, morrer ou adoecer para haver uma ação efetiva?

É destacado que há unidades com atividades noturnas, como a escola politécnica, e que o atendimento em casos de emergência precisa ser revisto. Há questões com o tempo de chegada e para levar as pessoas para a UPA de Manguinhos, por exemplo.

A **DVSP** vem realizando trabalho de construção de Plano de Contingência na Fiocruz desde 2007. Foi iniciado devido a questões graves de risco na Fiocruz.

Numa situação de contingência a atuação eficiente depende da ação coletiva. Os planos estruturam a segurança com informações e procedimentos que visam à manutenção da integridade física das pessoas e do patrimônio institucional com domínio e aplicação das ações de segurança

padronizadas através da análise de risco local e de treinamentos diversos, como palestras de sensibilização e exercícios práticos.

Há um sistema integrado de segurança que envolve gestores, vigilantes, seguranças e comunicadores de segurança. Estes fazem a comunicação com os trabalhadores passando as informações do DVSP nas situações de emergência, como durante situações de conflitos armados no entorno do campus da Fiocruz. A informação da segurança passada para os comunicadores não necessariamente deve ser passada para outros grupos. O critério da proteção é o primeiro a ser considerado; em seguida o critério da informação.

A avaliação é feita a partir do levantamento da área perimetral da Fiocruz, das informações junto à área de segurança pública e análise de segurança realizada pelo DVSP – sala de monitoramento e controle de contingência. Fases do acionamento: 1ª - alerta imediato – não é preciso sair do prédio, apenas evitar janelas e áreas abertas. Nessa fase a informação do comunicador é apenas em seu ambiente de trabalho. São 30 minutos aguardando a informação. Está sendo realizado levantamento de locais de segurança nos prédios para evitar movimentações desnecessárias; 2ª - evacuação de área – só acontece após contato com os órgãos de segurança quanto ao tipo, intensidade e previsão do término do conflito. O chefe da DVSP entra em contato com a presidência e esta autoriza a evacuação da área; o CCI divulga a informação oficialmente. É necessário haver padronização de evacuação – a informação tem que chegar pela CCI ou minimamente pelos comunicadores de segurança.

Existem duas áreas principais da DVSP: (1) Serviço de gestão de vigilância - Vigilância e porteiros, gestores do DVSP e brigada de incêndio; (2) Sistema integrado de segurança da Fiocruz – Vigilante, vigilante motociclista, porteiro, bombeiro, brigada voluntária de incêndio.

Principais eventos registrados: Conflitos armados, Disparo de alarme de incêndio, Incêndio incipiente, Vazamento de gás, Queda de árvores, Acidentados, Mal súbito, Pessoas presas em elevadores, Superaquecimento de equipamentos elétricos, Inundação, Quedas de energia, Queda de balão, Vazamento de registro de hidrantes, Remoção de animais, Vazamento de produtos químicos. Há ronda periódica dos bombeiros civis.

A atividade fim – segurança patrimonial – vem se transformando e trazendo a necessidade de desenvolver soluções para problemas de segurança que não fazem parte dos objetivos dos departamentos, como análise e troca de anteparo balístico na Fiocruz.

Ao fim da oficina o grupo tira como encaminhamento a produção de um documento com proposições a ser entregue à presidência, a partir da questão: “quais as contribuições/necessidades das unidades”.

4.2.3. Oficina Fiocruz, Violências, Urgências e Emergências

Data: 01/07/2019

Local: Sala 1007 Prédio Expansão Fiocruz Rio de Janeiro

Visando dar continuidade aos encaminhamentos da oficina anterior, foi solicitado previamente que cada unidade/departamento preenchesse o documento síntese da referida oficina com um breve diagnóstico de violências/acidentes que demandam ações de emergência e contribuições/necessidades das unidades. A partir desse documento, a oficina de julho foi realizada visando preparar o documento a ser enviado a presidência. Tivemos como produto final um documento que encontra-se publicado no item documentos.

A construção do documento seguiu o roteiro que segue, tendo como contexto a violência armada, o sofrimento psíquico e a interseção de violências/sofrimentos, buscando a atuação de cada unidade. A organização seguiu três eixos:

1. Prevenção: O que já existe; Necessidades; Condições para agir (estrutura física, equipamentos, recursos humanos, viaturas, etc);
2. Urgência e emergência: O que já existe: plano de contingência para algumas unidades; Necessidades; Condições para agir (estrutura física, equipamentos, recursos humanos, viaturas, etc);
3. Pós-venção: O que já existe: estratégias de cuidado (meditação, auriculoterapia, NET, etc); Necessidades; Condições para agir (estrutura física, equipamentos, recursos humanos, viaturas, etc)

Foram consideradas questões essenciais (transversais) que deviam direcionar o documento, especificadas pelos 3 eixos: advocacy, diálogo com território e diálogo com gestores de políticas públicas, ONG, etc. Considerou-se, ainda, como público prioritário das ações: trabalhadores (na Fiocruz e no território), usuários dos serviços e alunos. Também são públicos essenciais para a atuação da Fiocruz os moradores das regiões onde as unidades se localizam ou onde se realizam ações e pesquisas, bem como parceiros institucionais do setor público e privado.

Algumas unidades possuem especificidades que foram também destacadas no documento: René Rachou, Manaus, Politécnico, Farmanguinhos, Fiocruz Ceará, Hélio Fraga - Discentes, NUST e Cooperação social.

Nessa oficina foi tirada a realização de dois seminários: 1. Belo Horizonte, sobre desastres ambientais e outras violências; e Rio, sobre violência

armada e saúde. Foi tirada, ainda, a realização de oficial final do ano. O GT levantou a possibilidade de, junto à CCS, realizar eventos paralelos ao seminários para jornalistas locais. Foram tirados subgrupos organizadores para ambos os seminários.

4.2.4. Oficina de encerramento 2019

Data: 5/12/2019

Local: Sala 1007 Prédio Expansão Fiocruz Rio de Janeiro

Nesta oficina foi feito relato do Seminário sobre Desastres Ambientais em Belo Horizonte, assim como uma avaliação pelo GT; informado o adiamento do Seminário Nacional do PI para 2020; feita uma proposta de trabalho para o documento de urgência e emergência; uma avaliação do ano de 2019 e da conjuntura atual; e propostas do GT para 2020.

A Cooperação Social informou sobre o lançamento da cartilha de prevenção à violência armada, amplamente divulgada em espaços sociais e na mídia e disponível no link [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/cartilha_grafica - 22-11-2019 para impressao alta compressed.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/cartilha_grafica_-_22-11-2019_para_impressao_alta_compressed.pdf).

O NUST informou que houve mudanças na Comissão de Assédio, com formalização do fluxo de atendimento, oficialização do caso pela Ouvidoria e encaminhamento para a Corregedoria e a formação de uma rede para acolher as situações de violência no trabalho. As portas de entrada para a questão, na Fiocruz, são: Centro de Atendimento ao Discente (CAD), Recursos Humanos (RH), Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (COGEPE), Ouvidoria e NUST. A Corregedoria só pode atuar com servidores. Dia 11/12 foi realizado evento de comemoração dos 10 anos da Política de Assédio e Violência no Trabalho⁷.

Cristiane Andrade apresenta piloto do questionário no Google Docs para registro de situações de violência no trabalho, fruto de parceria com a Comissão de Assédio. Até o momento não havia instrumento de registro formal, dificultando a organização dos dados.

É destacada a importância de evitar a vitimização fazendo a comunicação do formulário entre as portas de entrada. O mesmo estava em fase de teste.

A respeito do Documento de Urgência e Emergência, são debatidas pelo GT possíveis estratégias para lhe dar visibilidade. Uma sugestão é colocar na página da Fiocruz. É apontada a dificuldade de comunicação com a CCS, que não ido às reuniões do PI e aventada a possibilidade de ir, novamente, ao Fórum de assessores de comunicação. Outra sugestão é produzir uma

⁷ <http://www.direh.fiocruz.br/aplicativos/gconteudo/ata20131113161249.pdf>

matéria da CCS sobre algumas ações elencadas no documento. Para 2020 é destacada a necessidade de repensar o espaço na CCS para divulgar as ações do Programa.

É destacado pelos participantes a importância da apresentação do documento no CD da Fiocruz.

Além do público interno, é debatido por que não trabalhar também com o público externo, uma vez que há diversas questões comunitárias que rodeiam as unidades. Para tanto, é preciso produzir um documento mais executivo para divulgação. Sugere-se a produção de uma cartilha como um texto de comunicação em perspectiva pedagógica para informar a ampla comunidade da Fiocruz.

Foi narrada situação em Farmanguinhos e o posicionamento do GT local, que produziu uma carta encaminhada pela Presidência e divulgada pela ASFOC para várias autoridades no Congresso e Secretaria de Segurança.

É destacada uma preocupação sobre a atuação da Fiocruz em relação a violência armada, que tem trazido sofrimento para os trabalhadores. Os diferentes vínculos de trabalho, como de terceirizados e bolsistas, torna esta situação ainda mais complexa. Há a percepção de que as situações estão sendo individualizadas, o que traz ainda mais sofrimento porque despotencializa um posicionamento coletivo. Falta um posicionamento claro da Fiocruz em relação, por exemplo, à questão dos tiroteios. É preciso aprimorar ainda mais a comunicação em situações de violência, para dentro da instituição e para fora, com o território, e considerar os determinantes sociais da saúde nas ações.

Em relação ao Seminário Nacional, é esclarecido ao grupo as razões de seu adiamento e o planejamento para 2020. Vários encaminhamentos de mesas e nomes de expositores são realizados. É destacada a importância de criar articulação intersetorial com movimentos sociais e integrar a cultura de uma forma mais orgânica, considerando experiências sobre a relação da arte com enfrentamento da violência. É sugerido o compartilhamento de experiências de enfrentamento, apresentando caminhos e resultados, através da exibição de pôsteres e de uma estratégia onde as pessoas pudessem escrever sobre experiências de violência. Há também diversas experiências exitosas - as favelas são geralmente mostradas de forma negativa, mas há inúmeras coisas boas, é importante mostrá-las, as resistências.

A respeito do planejamento do Seminário, é sugerido convidar pessoas de movimentos sociais que trabalham com arte para pensar "fora da caixa", incluindo metodologias ativas da Educação Popular como rodas de conversa.

É importante integrar o Seminário na programação dos 120 anos da Fiocruz. Para 2020, o GT destaca a importância de realizar adicionalmente

outros ciclos de debates temáticos de forma descentralizada: Fortaleza - comunicação científica de eventos relacionados a saúde/Big Data e Manaus - Segurança Pública.

Em setembro de 2020 o Rio de Janeiro será a Capital Mundial da Arquitetura. Há um Congresso Mundial sendo organizado, com participação de GT da Fiocruz. O GT reflete sobre a importância de agregar a este evento uma discussão sobre "território e violência", arquitetura da violência, problemas de saúde como tuberculose, de rios como o da Varginha, enchentes, refugos do PAC, trânsito, soluções em ciência para os problemas práticos de saúde de territórios como Manguinhos, entre outros.

Outros temas urgentes são: violência política contra a mulher, participação na vida política, esferas estudantis, políticas de equidade, racismo, feminicídio, homofobia, população indígena, trabalhadores sem terra, migrantes/refugiados, queimadas. No quesito formação é importante ampliar as disciplinas sobre a questão da violência.

5.1 Seminário Desastres Ambientais e Violências

Data: 21/10

Local: Fiocruz BH

O Programa Institucional de Articulação Intersectorial em Violência e Saúde da Fiocruz promoveu o seminário *Desastres Ambientais e Violências*. O evento teve por objetivo discutir os impactos causados pela atividade mineradora dentro do contexto da violência, considerando não somente os agravos decorrentes dos desastres, mas também a violência estrutural gerada pelo setor de mineração nas cidades onde atua.

O seminário foi no auditório da Fiocruz Minas, das 8h30 às 17h30. Na parte da manhã, os palestrantes discutiram o *Modelo de desenvolvimento econômico, direitos humanos e danos ambientais*. A ideia foi refletir sobre a violência gerada pelo não cumprimento do direito humano ao saneamento e ao meio ambiente, em situações de desastre. Entre os debatedores, pesquisadores da Fiocruz e representantes de organizações sociais, como a SempreViva Organização Feminista (SOF) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Na parte da tarde, o tema foi *Desastres ambientais, violências e impactos na saúde*. Pretendeu-se debater os efeitos dos desastres ambientais no cotidiano das populações afetadas, com ênfase no surgimento e aumento de diferentes formas de violência no dia-a-dia das relações sociais e na saúde dos trabalhadores e moradores de regiões afetadas. Participaram dessa mesa representantes do Conselho Regional de Psicologia, do Fórum Sindical e

Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e Trabalhadora de Minas Gerais, do MAM e do Projeto a Arte Abraça Brumadinho.

Além dos debates, foram realizadas intervenções artísticas do Coral de Brumadinho.

5.2 Seminário Rio de Janeiro

Não foi realizado devido a dificuldades logísticas. Foi adiado para 2020.

6. Moção 16ª Conferência Nacional de Saúde (CNS)

A coordenação do PI foi solicitada em 7 de agosto, pela presidente da Fiocruz, a confeccionar uma moção para ser apresentada na 16ª CNS, destinada ao Poder executivo e legislativo federal. O documento produzido teve 400 assinaturas e foi encaminhado para deferimento. Segue o texto:

Fato que motiva a Moção: Necessidade de fortalecer a produção de conhecimento e as políticas de enfrentamento às violências no âmbito dos municípios, estados e país, ampliando a capacidade do Estado brasileiro em responder à esta grave problemática.

Providência Solicitada: Fortalecimento das políticas públicas, em especial a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências e das ações delas decorrentes, em cada segmento social afetado, respeitando suas especificidades e o princípio de integralidade do SUS.

Texto da Moção: A violência é um problema social, cultural e histórico que se intensifica em sociedades marcadas por desigualdades, iniquidades e injustiças sociais e ambientais, as quais desestruturam bases familiares, comunitárias e territoriais necessárias ao desenvolvimento humano e a uma cultura de paz.

Temos produzido informações alarmantes acerca de homicídios, agressões, suicídios e tentativas de suicídio, dentre outras graves formas de violência. As vítimas mais frequentes dessas formas de violência são homens jovens, mulheres, idosos e população LGBTI, em especial mulheres trans e travestis. A questão racial é de suma importância: temos observado um aumento das taxas de mortes e agressões de negros e negras e uma redução entre pessoas não negras. A chance de um jovem negro ser morto era, em 2015, 2,7 vezes maior. Crianças e adolescentes vivenciam muitas violências no âmbito da família, escola e comunidade, propiciando sofrimento físico e psíquico, que pode se expressar através de agressividade, ansiedade e depressão, fragilizando o seu desenvolvimento

ao longo da vida. Estas vulnerabilidades estão refletidas nos marcadores sociais de idade, gênero, raça e orientação sexual.

Ressalta-se o agravamento dos conflitos armados que vêm acontecendo, especialmente nas grandes cidades, o que gera extrema insegurança e a constante violação de direitos da população. Os serviços de saúde são impactados, usuários e trabalhadores, uma vez que têm sua rotina alterada em função da violência. Esses serviços necessitam de financiamento e gestão adequados para garantir a prevenção, a atenção e a reabilitação das pessoas.

O setor saúde precisa dar respostas e prover cuidado às pessoas direta e indiretamente atingidas pela violência. Destacam-se as repercussões na saúde física e mental que desembocam em agravos agudos e crônicos, contribuindo para uma subjetividade violenta voltada para o outro ou contra si próprio, atingindo não apenas o indivíduo, mas também sua família, amigos e comunidade, deteriorando condições econômicas, relacionais e emocionais.

Consciente desta situação de adoecimento e morte da população brasileira decorrente da violência, é importante considerar as interfaces entre Violência e Saúde como estratégicas, de forma a reunir esforços de diversas instituições e da sociedade em prol do desenvolvimento de conhecimentos, metodologias e práticas que colaborem no enfrentamento de tão grave problema, cujo custo humano é incalculável.

É imprescindível fortalecer e avançar em tais ações. Destaca-se a importância dos movimentos sociais, que têm aguerridamente denunciado a situação de violência do país, provocado o Estado a elaborar respostas eficazes e criado estratégias de enfrentamento.

Esforços históricos do Ministério da Saúde e de todo o SUS têm marcado a elaboração de políticas e estratégias de enfrentamento das múltiplas e graves consequências da violência. É importante que sejam mantidos e fortalecidos os serviços e estratégias de prevenção, vigilância, atenção e reabilitação pelo Ministério da Saúde, estados e municípios para o fortalecimento da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Ações de formação continuada de profissionais de saúde, produção de pesquisas em ciência e tecnologia e fortalecimento dos serviços precisam ser priorizados para a promoção da vida, prevenção da violência e cuidado das pessoas

7. Participação na missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)

A Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME)⁸ e a Justiça Global⁹ organizaram em 4 de setembro de 2019 no Auditório do Museu da Vida na Fiocruz, uma missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Esta missão é uma plenária com pauta específica onde os movimentos e entidades são ouvidos e medidas são tomadas no âmbito do CNDH. A missão é um espaço de denúncias e encaminhamentos, como uma audiência de escuta, quando há debate de temas e encaminhamentos. O CNDH pode elaborar pedidos de explicação as autoridades, recomendações e resoluções, por vezes outras medidas jurídicas.

O CNDH é um órgão autônomo criado pela Lei no 12.986/14, tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos e a proteção aos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal, nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil. Em sua 49ª Reunião Ordinária, ocorrida em julho de 2019, o CNDH deliberou pela realização de uma Missão ao Estado do Rio de Janeiro, para tratar in loco as situações de violações de direitos humanos. A Missão foi realizada entre os dias 2 e 4 de setembro de 2019 com o objetivo de realizar reuniões com autoridades do governo do Estado, parlamentares, membros do sistema de Justiça, acadêmicos, bem como o debate com movimentos sociais e populares e organizações da sociedade civil a respeito de questões que envolvem segurança pública, população em situação de rua e saúde pública. A missão subsidiará a produção de um relatório que será organizado pelo CNDH e que apresentará recomendações e resoluções.

Integraram a missão o presidente e a vice presidente do CNDH, a Unisol Brasil, a Plataforma Dhesca a Defensoria Pública da União (DPU), sua ouvidoria, o Ministério Público Federal (MPF) e do Rio de Janeiro (MPRJ), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Movimento Negro Unificado (MNU), a Justiça Global, a ONG Conectas e a secretaria executiva do CNDH.

⁸ <https://www.abrasme.org.br/>

⁹ <http://www.global.org.br/>

O PI foi convidado e teve como representante Paula Bonatto. Diversos outros atores estiveram presentes na reunião.

A pauta foi: 1. A política do governo do estado do RJ; 2. Violência/Conflitos nas comunidades; 3. Caos na Saúde (Saúde Mental/questão AD/Internação Obrigatória governo Crivella). Após a plenária a mesa diretora iria visitar as comunidades da Maré e Manguinhos.

A reunião foi finalizada com o seguintes encaminhamentos, frente às denúncias: identificação de pontos concretos que exigiam encaminhamentos imediatos; redistribuição de questões associadas para as comissões do CNDH; e, retorno para as populações na forma de um documento e um encontro.

Houve participação do PI na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) 2019 entre 21 e 26 de outubro, na Fiocruz, através da exibição de uma versão trailer do documentário Memória da Violência e Saúde.

8. Cooperação com o Grupo Relações de Trabalho e Violência

No ano de 2019, Cristiane Andrade, junto à a coordenação do PI, à chefe do Claves e à COGEPE, elaboraram um instrumento para o registro dos casos de Violência no Trabalho (assédio moral, assédio/abuso sexual, violência verbal, física e psicológica), com a finalidade de registrar os casos acontecidos na Fiocruz.

Para o uso do instrumento (a parte referente ao assédio moral), foi preciso solicitar autorização da escala Negative Acts Questionnaire Revised (NAQ-R), criado por Einarsen (1994)¹⁰. Foi encaminhado um e-mail ao referido pesquisador, que nos autorizou a sua utilização. Em seguida, foi elaborado na plataforma Google formulário a inserção do questionário (<https://forms.gle/uy5cNV4vkdtwwSVV7>). Além do instrumento, foi desenvolvida uma Nota Técnica para os profissionais que irão utilizá-lo, com as principais informações sobre a escala.

Houve a participação de pesquisadoras do Claves: Cristiane Andrade, Fernanda Mendes, Mayalu Matos, Liana Pinto e Simone Assis. Após realizadas as reuniões coletivas entre essa equipe, a iniciativa foi apresentada ao grupo da COGEPE. Em reunião conjunta com a Comissão de Prevenção e Controle do Assédio Moral (CEPEVAM), foi salientado que o instrumento deveria ser preenchido pela Ouvidoria da Fiocruz, embora as portas de entrada sejam diversas (RH, NUST, COGEPE, Sindicato, etc).

¹⁰ Ståle Einarsen, Bjørn Inge Raknes & Stig Berge Matthiesen (1994) Bullying and harassment at work and their relationships to work environment quality: An exploratory study, *European Work and Organizational Psychologist*, 4:4, 381-401

Ainda como parte dessa parceria, Cristiane Andrade esteve presente em evento no dia 02 de dezembro de 2019, no Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (ASFOC), realizado pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana/FIOSAT (CESTH) com a finalidade de se discutir, com a comunidade da Fiocruz, questões relativas à violência e trabalho. Após as apresentações de Luciana Cavanelas e Marcelo Rezende, houve intenso debate, sobretudo sobre os casos de assédio moral e de violência armada em Manguinhos.

9. Projeto Memória da Violência e Saúde

Em 2019 finalizamos o Projeto Memória, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional. Seu objetivo foi registrar o desenvolvimento e consolidação do setor Violência e Saúde no Brasil, com o intuito de lhe dar visibilidade e de registrar a sua história, através da proposta de História Oral e Memória. Para tanto, realizamos levantamento documental e entrevistas.

Os resultados do projeto deram subsídio à produção de um vídeo documentário Memória da Violência e Saúde no Brasil, que está disponível em versões legendadas no canal da Vídeo Saúde, parceiro que colaborou com sua finalização: Português: <https://youtu.be/Epozq3DV6U0>; Espanhol: <https://youtu.be/sWMXmpBv45s>; Inglês: <https://youtu.be/Xw1vEQp6UoM>.

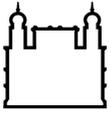
Foi necessário, para finalização, transcrever as falas para introduzir legendas, assim como traduzi-las para inglês e espanhol. O vídeo foi enviado aos participantes para revisão e adequação de créditos.

O vídeo foi apresentado em espaços institucionais e está sendo amplamente divulgado ao longo do ano. Destacamos o apoio do ICICT, mais especificamente do Vídeo Saúde na melhora de trechos de áudio e na divulgação em seu canal no youtube.

5. Perspectivas para 2020

Para 2020, a coordenação do PI propôs a efetivação do apoio de profissional de estatística para produção dos Boletins Epidemiológicos descritos na seção Plano de Trabalho de 2019; a continuidade de realização de oficinas temáticas bimensais; e a realização de um seminário nacional e dois regionais.

Ademais, a coordenação continua priorizando o apoio às unidades da Fundação no desenvolvimento de ações específicas.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP



CLAVES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOBRE
VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI